

**PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES DAS PRÁTICAS RURAIS NOS
'ESPAÇOS URBANOS' DE JOÃO PESSOA E DE NATAL/BRASIL**

**PERMANENCIES AND TRANSFORMATIONS OF AGRICULTURAL PRACTICES
IN THE 'URBAN AREAS' OF JOÃO PESSOA AND NATAL/ BRAZIL**

Doralice Sátyro Maia
Universidade Federal da Paraíba
doralicemaia@hotmail.com

Miriam Hermi Zaar
Universidad de Barcelona
miriamzaar@gmail.com

Recebido em 8 de dezembro de 2020, Aceito em 10 de maio de 2021
<https://doi.org/10.26512/2236-56562021e40265>

Resumo

A difusão de novas tecnologias e das redes de comunicação, assim como a homogeneização das relações sociais e de trabalho, têm conferido ao território uma nova estrutura, multiescalar e complexa. Nessa lógica, é nas interfaces que associam o urbano e o rural, nas interações existentes entre os elementos que mantêm as tradições e os valores rurais e os hábitos e estilos urbanos, que essas se tornam mais evidentes. Trata-se de um processo de hibridação cultural e material que explica, por exemplo, a presença de “ilhas de ruralidade” em áreas que, apesar de consideradas urbanas, resistem aos diferentes mecanismos de especulação imobiliária e de urbanização, como ocorre com relação às vacarias na cidade de João Pessoa e às práticas agrícolas na cidade de Natal, ambas situadas no litoral do Nordeste brasileiro, e que nos leva a refletir sobre a necessidade de repensar novas metodologias que consigam discernir o âmbito rural do urbano, evidenciando seus reais atributos e singularidades. Assim, tem-se como objetivo analisar a presença de práticas rurais nas cidades de João Pessoa-PB e Natal-RN, seja a partir do que atualmente se denomina “agricultura urbana”, como também a permanência da criação de gado bovino em pequena escala. O texto resulta de trabalho de campo com observação, registros fotográficos, aplicação de questionário e conversas informais com os sujeitos envolvidos; de resultados de pesquisas anteriores e levantamento de dados e informações em instituições governamentais.

Palavras-chave: Atividades rurais; Agricultura urbana; Vacarias; Periurbano.

Abstract

The diffusion of new technologies and communication networks, as well as the homogenization of social and labour relations have given the territory a new complex multiscale structure. In this logic, it is in the interfaces that associate the urban and rural where the interactions between the elements that maintain the rural traditions and values and urban habits and styles, become more evident. This is a process of cultural and material hybridization that explains, for example, the presence of 'rurality islands' in areas that, although considered urban, resist the different mechanisms of real estate speculation and urbanization, as occurs in relation to byres in city of João Pessoa and the agricultural practices in the city of Natal, both located in the Brazilian Northeast coast, which leads us to reflect on the need to rethink new methodologies that can discern the rural from the urban ambit, evidence its real attributes and singularities. The objective is to analyze the presence of rural practices in the cities of João Pessoa-PB and Natal-RN, either from what is currently called “urban agriculture”, as well as the permanence of small-scale cattle breeding. The text results from fieldwork with observation, photographic records, application of questionnaires and informal conversations with the subjects; results of previous research and survey of data and information in government institutions.

Key words: Rural activities; Urban agriculture; Byres; Periurban.

Introdução

As definições que remetem às diferenciações entre espaços urbanos e rurais estiveram, durante muitas décadas, vinculadas à densidade populacional e às atividades econômicas. Diferenças estas que por muito tempo eram identificadas a partir da leitura da paisagem, em que na cidade se constatava a presença de edificações e indústrias e, no campo, os plantios, uma casa isolada e alguns animais. Paisagem aqui entendida a partir dos preceitos elaborados por Santos (2002, p. 103-104), ao afirmar que “a paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza”. Assim, aquela clássica distinção expressa nas distintas paisagens, já não corresponde ao que se observa na atualidade em várias realidades, mesmo em países como o Brasil, onde o setor agropecuário continua sendo muito forte. Pois, como muito foi veiculado, a globalização e o avanço da tecnologia se fazem presentes na cidade e no campo, tornando muitas vezes as paisagens urbanas e rurais de com elementos similares.

Assim, os dados referentes ao rural e ao urbano também já não podem ser considerados sem uma análise mais aprofundada. Na atualidade, mesmo quando se reconhece que nesta delimitação outras variáveis possuem um grande peso, o número de habitantes e a densidade demográfica continuam sendo variáveis importantes. É o que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estabelece no documento em que definiu a tipologia urbana e rural dos municípios brasileiros em diferentes classes, no qual inclui igualmente, o critério de acessibilidade a centros com alto nível hierárquico em relação à rede urbana: município predominantemente urbano, município intermediário e município predominantemente rural (IBGE, 2017).

Entretanto, os parâmetros e variáveis que envolvem uma possível classificação dos territórios é uma tarefa muito mais complexa do que uma análise comparativa de indicadores da densidade demográfica, ocupação do solo e posição na rede urbana. Além disso, segundo Tacoli (1998, p. 147), “os critérios demográficos e econômicos em que se baseiam as definições das áreas urbanas e rurais podem variar amplamente entre diferentes países, tornando as generalizações problemáticas”.

A maior mobilidade do capital, a difusão de novas tecnologias e a dispersão das atividades econômicas ocorridas nas últimas décadas instituíram novas dinâmicas territoriais, conferindo ao território uma estrutura multiescalar complexa, nas quais se eliminaram muitas das barreiras que existiam entre a cidade e o campo e, por sua vez, aquela clássica distinção dada pelas paisagens contrapostas. A associação entre as instituições financeiras e os conglomerados agroindustriais, além de haver subordinado as atividades agrícolas ao sistema

econômico geral, estreitou as relações entre a indústria articulada com elevados recursos e pequenos agricultores com escassos níveis financeiros e técnicos. Também estimulou a formação de redes globais, que associam atividades afins em uma estrutura de circuitos espaciais rurais e urbanos, na qual se encontram integrados laboratórios, provedores de insumos e maquinaria, prestadores de serviço e distribuidores, entre outros (ZAAR, 2017a, p. 11-12).

Nas cidades, como parte integrante deste processo, a incorporação de novas áreas contínuas e descontínuas ao seu núcleo – através da urbanização e da suburbanização de áreas periurbanas ou rurais, impulsionadas pelas necessidades do capital imobiliário, novas infraestruturas de transportes e fluxos de informação – estabelece novas paisagens e novos estilos de vida aos cidadãos ávidos por residir no campo ou incluir ao seu cotidiano atividades que lhes aproximem da “natureza”, o que produz novas materialidades que interagem no tempo e no espaço.

A difusão dos últimos avanços técnicos, científicos e informacionais tem suscitado importantes alterações nos arranjos espaciais urbanos e rurais estabelecidos anteriormente. Esses têm sido substituídos por novos mecanismos, anteriormente citados, que realimentam algumas das relações existentes, ao mesmo tempo em que destroem outras até então existentes. Estratégias que, ao assegurar uma continuidade espacial, reconfiguram o modo de organização territorial e, em consequência, a paisagem rural, dando-lhe maior complexidade. Deste modo, a durabilidade das formas, das estruturas, dos processos e também dos vínculos preexistentes que pudessem limitar o movimento que assegura a reprodução do capital se veem suplantadas em diferentes graus de intensidade, tanto na cidade como no campo, dando origem a uma significativa homogeneização das relações sociais e econômicas (ZAAR, 2017a, p. 13)

Nesta nova conjuntura territorial, tanto os espaços urbanos e rurais como suas paisagens estão sendo produzidos ou reconfigurados sistematicamente. Cada vez mais, torna-se complexa a distinção entre cidade e campo, tomando como parâmetro a clássica divisão territorial do trabalho que marca o modo de produção capitalista e também o processo de urbanização no século XIX. Neste texto não se pretende aprofundar a discussão sobre as noções básicas, como cidade, campo, rural e urbano, muito embora tenhamos que indicar a nossa compreensão. A ideia deste artigo é principalmente mostrar duas realidades, as cidades de Natal-RN e a de João Pessoa-PB onde se observam inserções de atividades classicamente desenvolvidas no campo, como a agricultura e a pecuária.

Em ambos contextos, as formas-objetos que conformam a estrutura destas paisagens e, como consequência, de seu espaço, resultam das ações acumuladas através do tempo, que lhes atribuem um dinamismo e uma funcionalidade.

Paisagens e práticas socioespaciais que, combinadas e cada vez mais superpostas, expõem como as suas *rugosidades*¹ ou permanências são transformadas ou adaptadas às novas funções que os territórios adquirem em sua dimensão temporal e que, nos casos analisados, possuem um papel relevante no sistema agroalimentar urbano. Entre as suas incumbências estão a soberania alimentar, através do fortalecimento dos sistemas alimentares alternativos, a manutenção da biodiversidade dos sistemas naturais e do patrimônio paisagístico, além da contenção, em seu âmago, de expectativas que fortalecem os saberes tradicionais e os vínculos urbano-rurais.

Assim, o objetivo deste texto é analisar as realidades indicadas a partir dos processos de urbanização nos quais se mantém as atividades associadas às práticas rurais e também ao que se denomina atualmente de “agricultura urbana”, e como as mesmas têm se reproduzido por mais de meio século, conservando grande parte de suas características “rurais” transmitidas de geração em geração. Por “agricultura urbana” entende-se a prática de atividades associadas ao cultivo intensivo de hortaliças, legumes, frutas etc., e a criação de animais, geralmente de pequeno porte, em superfícies reduzidas situadas no perímetro urbano, como terraços e terrenos sem edificações (ZAAR, 2011).

Para isto, além da revisão bibliográfica e análise dos dados de diferentes censos, foram realizadas pesquisas de campo e entrevistas com produtores familiares em períodos diversos, a fim de conhecer o seu cotidiano e suas perspectivas de reprodução enquanto agricultores urbanos. Desta forma, este artigo está estruturado em três partes, para além desta introdução e da conclusão. A primeira trata dos censos populacionais e agropecuários nos municípios de João Pessoa e Natal, assim como seus consensos e dissensos. Em seguida, examinamos as permanências e as transformações ocorridas com os currais e as vacarias no processo de expansão da cidade de João Pessoa. Em uma terceira parte, analisamos as práticas agrícolas na cidade de Natal, cujas dinâmicas socioespaciais perduram através das décadas.

Os censos e a realidade territorial: consensos e dissensos

Do mesmo modo que a maioria dos municípios brasileiros, Natal e João Pessoa, localizados no Nordeste brasileiro, se destacam pela alta porcentagem de população urbana e

¹ Aqui utilizadas a partir da concepção de Milton Santos, como formas espaciais residuais de estruturas sociais anteriores.

uma reduzida população rural. Entretanto, em função das metodologias utilizadas para a contagem populacional ou de normativas administrativas municipais, alguns censos não conseguem retratar a realidade local, cujas peculiaridades divergem das estatísticas oficiais.

Neste cenário, o município de João Pessoa, que nos censos demográficos de 1991 e 2000 apresentou uma população 100% urbana (Tabela 1), contabilizou no Censo de 2010 um total de 2.730 habitantes residentes na zona rural, representando 0,38% do total. Isto não significa que houve um retorno da população à zona rural, mas, sim, um aprimoramento na contabilização e nos registros dos dados pelo órgão recenseador. Trata-se de uma diferença que, embora pareça insignificante, tem origem na mudança do cômputo geral que, ao considerar a existência de habitantes na área rural, mostra uma aproximação e maior relação com os dados municipais.

No que diz respeito ao município de Natal, o Plano Diretor de 2007, ao definir a unidade municipal como 100% urbana (Tabela 1), requalificou como urbanos os solos até então considerados periurbanos ou rurais e a população que vive neles, desconsiderando os atributos físicos e socioeconômicos e as peculiaridades das áreas que compreendem os seus bairros mais periféricos. Como resultado, distintamente do que ocorreu no município de João Pessoa no Censo de 2010, quando a metodologia foi alterada, os dados passaram a assemelhar-se mais à realidade municipal. Já no município de Natal, não houve qualquer alteração metodológica e a população rural continuou sendo ignorada, apesar de outras fontes estatísticas confirmarem a existência de práticas agrícolas neste âmbito territorial.

Tabela 1- População residente nos municípios de Natal e João Pessoa, 1991, 2000 e 2010

	Natal					João Pessoa				
	População Total	População Urbana	%	População Rural	%	População Total	População Urbana	%	População Rural	%
1991	606.681	606.681	100	0	0	497.600	497.600	100	0	0
2000	712.317	712.317	100	0	0	597.934	597.934	100	0	0
2010	803.739	803.739	100	0	0	723.515	720.785	99,62	2.730	0,38

Fonte: IBGE, Censos 1991, 2000 e 2010.

Em desacordo com os censos populacionais, os censos agropecuários de 1985, 1995, 2006 e 2017 dos municípios de Natal e de João Pessoa reconhecem as práticas agropecuárias desenvolvidas nos mesmos (Tabela 2).

Se comparamos os Censos Agropecuários de 1985, 1996, 2006 e 2017, percebemos que apesar da redução do número de estabelecimentos agropecuários em ambos municípios (Tabela 2) sua existência é notória. Em Natal, sua diminuição ocorreu em consequência da entrada em vigor da Lei municipal nº 4.328, de 05/04/1993, que ao elevar várias áreas

periféricas à categoria de bairros, estimulou o parcelamento do solo rural e a urbanização das mesmas.

Uma tendência que em João Pessoa foi interrompida no período 2006-2017, em decorrência das correções anteriormente registradas, no que diz respeito à área rural do município. Em ambos municípios, este incremento do número de estabelecimentos agropecuários no período mencionado, se vê acompanhado por um aumento da área ocupada pelos mesmos, como se aprecia na Tabela 2.

Para tratar da área dos estabelecimentos agropecuários pessoenses, parte-se de registro realizado em pesquisas anteriores e dados de fontes estatísticas. Maia (2000) constatou o dissenso entre o que registrava o IBGE no censo agropecuário de 1995 e o censo de 1990, pois neste último não se registrou população rural.

Tabela 2- Evolução dos estabelecimentos agropecuários e da área cultivada nos municípios de Natal e de João Pessoa, 1985, 1995, 2010, 2017

	Natal				João Pessoa			
	1985	1995	2006	2017	1985	1995	2006	2017
Número de estabelecimentos agropecuários	114	111	53	80	307	274	127	150
Área dos estabelecimentos agropecuários (ha)	553	336	232	312	4.598	3.197	1.054	1.612

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de Natal e de João Pessoa, 1985, 1995, 2006, 2017.

Quanto à utilização das terras, os dados dos Censos Agropecuários de 1985, 1995, 2006 e 2017 contemplam vários cenários. Um deles, mostra uma redução substancial da área de plantio de cultivos permanentes, a exceção do município de Natal entre 2006 e 2017. Outro, um incremento da área de cultivos temporários, que em Natal ocorreu entre 1985 e 1995 e em João Pessoa entre 2006 e 2017. Um terceiro refere-se às terras ocupadas com pastagens, que alternam movimentos de incremento e de redução em ambos municípios (Tabela 3). O levantamento feito em campo nos evidenciou a presença marcante de currais e vacarias na área periurbana e intraurbana de João Pessoa. Do mesmo modo que ocorre com a evolução do número de estabelecimentos agropecuários, a área utilizada com práticas agrícolas e criação de gado se incrementa em ambos municípios entre 2006 e 2017 (Tabela 3).

Também queremos destacar que foi no Censo de 1995 que, pela primeira vez, se mencionou a existência da horticultura no município de Natal, ressaltando que do número total de produtores existentes naquele período (111), 42% eram horticultores, um dado que, apesar de evidente, não aparecia no censo anterior.

Tabela 3- Área ocupada (ha) com atividades agropecuárias nos municípios de Natal e de João Pessoa, 1985, 1995, 2006, 2017

	Natal				João Pessoa			
	1985	1995	2006	2017	1985	1995	2006	2017
Culturas permanentes	276	32	1	4	1 283	710	172	109
Culturas temporárias	36	109	4	23	1 226	419	149	735
Pastagens naturais	34	61	5	44	319	981	229	281
Pastagens plantadas	4	2	-	3	522	167	31	126

Fonte: Censos Agropecuários de 1985, 1995, 2006 e 2017.

Tanto em João Pessoa quanto em Natal há uma predominância de pequenas propriedades com extensões que compreendem entre 1 e 5 hectares, caracterizadas segundo normativa estabelecida pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) como agricultura familiar, que assim as define: área que utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Essa predominância se deve à redução de propriedades com 100 ha ou mais, que nas áreas periurbanas, ou em alguns casos, área urbana consolidada, mostram o parcelamento da terra e a sua ocupação por loteamentos, ou mesmo construções “urbanas”. Além disso, revela a peculiaridade dessa atividade que se mantém em lotes bastante reduzidos em área urbana.

Em João Pessoa, esta constatação mais recente foi possível dado o acesso ao levantamento municipal do uso do solo. A análise deste levantamento municipal foi realizada por Dantas (2018, p. 54) e, de acordo com o autor, “a malha urbana de João Pessoa no ano de 2017 apresentou um crescimento de aproximadamente 15 km², atingindo agora uma mancha urbana de aproximadamente 120 km², destes, 29.2 km² encontram-se como vazios urbanos”. Desta forma, cerca de “25% da área urbana de João Pessoa é tida como vazios urbanos de acordo com os dados da SEPLAN”, pois são propriedades que não cumprem a função social da terra, e são apenas reserva de capital a ser especulado (DANTAS, 2018, p. 54). O autor constata o incremento da expansão da malha urbana, particularmente na área Sul/Sudeste, com a edificação de empreendimentos habitacionais. Tal expansão implica em redução de áreas anteriormente ocupadas com atividades caracteristicamente rurais, principalmente destinadas à criação de gado bovino para leite.

Comparando os dados do recenseamento populacional de 1991 e de 2000 e dos censos agropecuários, fica evidente que, apesar de não identificadas como urbanas, as atividades agrícolas e pecuárias nos municípios de João Pessoa e Natal, 100% urbanos, são uma realidade irrefutável.

Com relação a este paradoxo, Maia (2000), manifesta-se em relação ao município de João Pessoa:

[...] apesar de não registrar área rural no município de João Pessoa, contabilizou, no último recenseamento agropecuário (1995), uma área total de 2.543 ha utilizada com lavouras (temporárias e permanentes) e pastagens (naturais e plantadas) e um total de 275 estabelecimentos agropecuários no município de João Pessoa. Cabe, mais uma vez, lembrarmos que, conforme esse mesmo instituto de pesquisa, a área do município é considerada como sendo 100% urbana, o que significa dizer que a área do município corresponde à área da cidade (MAIA, 2000, p. 164).

Em referência ao incremento do número e da área dos estabelecimentos agropecuários entre 2006 e 2017 (Tabela 2), os dados parecem ter lógica quando nos referimos ao município de João Pessoa, devido à alteração da metodologia que calculou a população rural e, portanto, a superfície rural do município. Contudo, esses mesmos dados permanecem incoerentes com relação ao município de Natal.

No caso do município de Natal, o Censo Agropecuário de 2017 não só ratifica a efetiva permanência de atividades agropecuárias no município de Natal, com 4 hectares de cultivos permanentes, 23 hectares de cultivos temporários - entre eles a horticultura praticada por propriedades familiares -, e 47 hectares de pastagens, mas evidencia como a produção e a produtividade se incrementaram nos últimos anos. Também destaca que as propriedades agrícolas, em quase sua totalidade, deixaram de utilizar agrotóxicos, e uma parte considerável das mesmas está optando pelo sistema agroecológico².

Após estas considerações, dedicaremos as duas próximas seções a uma análise mais acurada sobre as práticas agrícolas nas áreas urbanas de João Pessoa e de Natal.

Currais, vacarias e área de expansão em João Pessoa: permanências e transformações

Na cidade de João Pessoa, é possível encontrar alguns animais pastando em terrenos e áreas dos vales dos rios. Muito embora esta seja uma realidade que ainda se faz presente, se a comparamos com a estudada por Maia (2000), pode-se dizer que em muito se modificou no decurso dos últimos vinte anos. É possível observar a presença de animais, sobretudo bovinos, nos terrenos dos bairros mais periféricos – no sentido literal do termo, ou seja, nas bordas da malha urbana –, mas também em alguns vales dos rios que entrecortam o tecido urbano.

No trabalho realizado em 1994, Maia identificou a permanência de estabelecimentos rurais na malha urbana de João Pessoa, especialmente nas áreas dos vales dos rios. Fato este

² Segundo o mesmo Censo Agropecuário de 2017, de 77 proprietários, 76 não utilizam agrotóxicos, além disso, 46 utilizam a adubação orgânica, 28 não a utilizam, 2 utilizam a química e a orgânica e 1 utiliza a química.

que, apesar da expansão urbana, ainda persistia em 2000, embora tenha havido uma nítida ocupação dos antigos terrenos “vazios”, ou de terra não edificada. O município ora analisado é entrecortado pelos rios Jaguaribe, Timbó, Laranjeiras, Cuiá e Gramame (Figura 1).

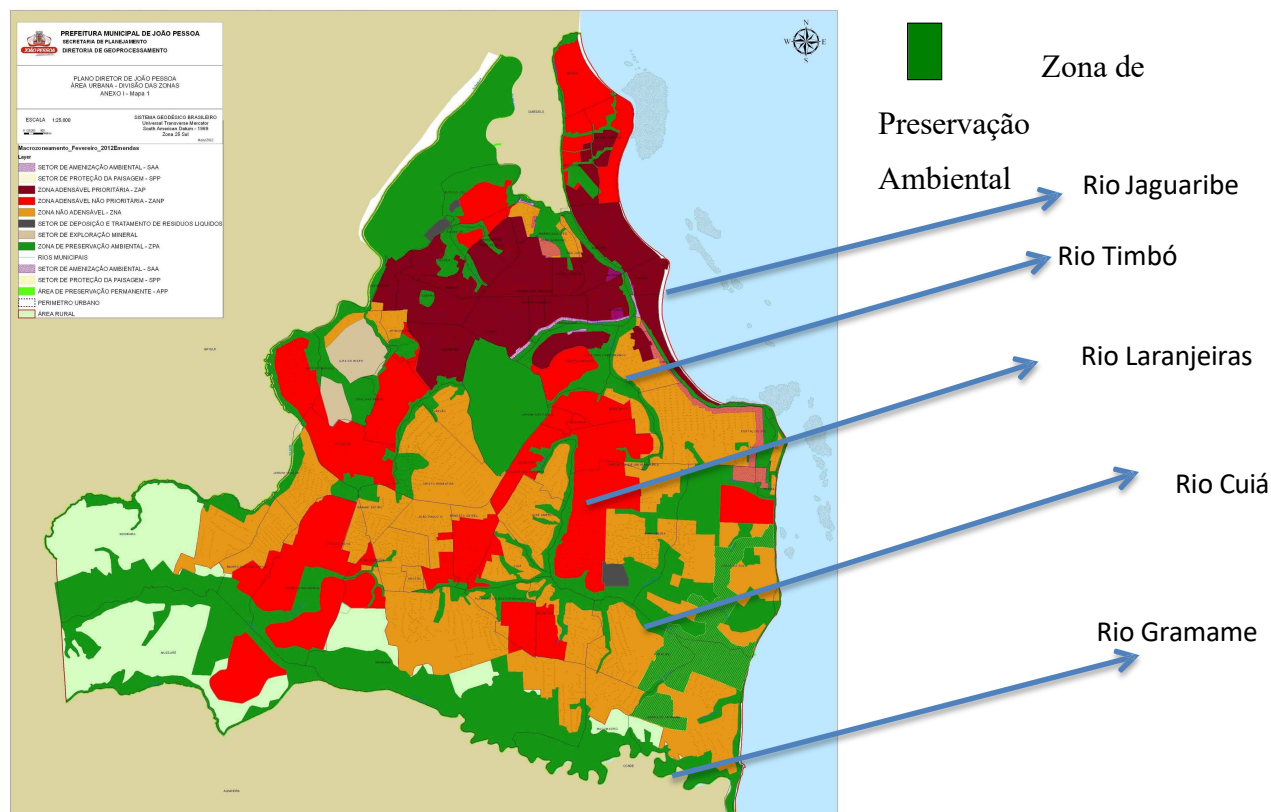


Figura 1 - Macrozoneamento do Município de João Pessoa – PB (2012)
 Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa, Plano Diretor Municipal, 2012.

A Figura 1 mostra as áreas de preservação ambiental que incluem os vales dos rios. As margens dos rios são, muitas vezes, utilizadas para a pastagem de animais, havendo inclusive alguns estabelecimentos que expandem sua área para esta, como é possível verificar ao longo dos vales do Rio Laranjeiras e do Rio Jaguaribe.

Em um percurso mais atento pela cidade de João Pessoa, não por suas ruas e avenidas principais, mas por aquelas que margeiam os rios, principalmente nos bairros mais periféricos, encontram-se vacarias onde se mantém uma pequena produção e distribuição do leite *in natura*. Além das vacarias, há ainda currais com gado bovino para engorda e corte e outros pequenos estabelecimentos de criação equina. Essas unidades revelam o que Maia (2000; 2010) tratou como espaços onde permanecem costumes rurais. Tais estabelecimentos são pequenas unidades, a maioria se mantém de forma precária e não são contabilizados pelos órgãos estatais.

Para melhor entendermos a imbricação do rural no urbano em João Pessoa, apresenta-se uma imagem de satélite, elaborada e analisada por Rafael *et al*³, na qual se observa a evolução da malha urbana entre 1990, 2001 e 2006, sendo que, neste último período, verifica-se uma expansão da mesma predominantemente no sentido Sul do município. Destaca-se que as áreas ocupadas no intervalo de 2001 a 2006 estão em área contínua à malha efetivamente edificada e nas extremidades da margem Sul (Figura 2). Além desta imagem, acrescentamos uma outra referente a um mapa produzido por Daniel Dantas (2018), que nos revela a expansão entre 2006 e 2017 (Figura 3).

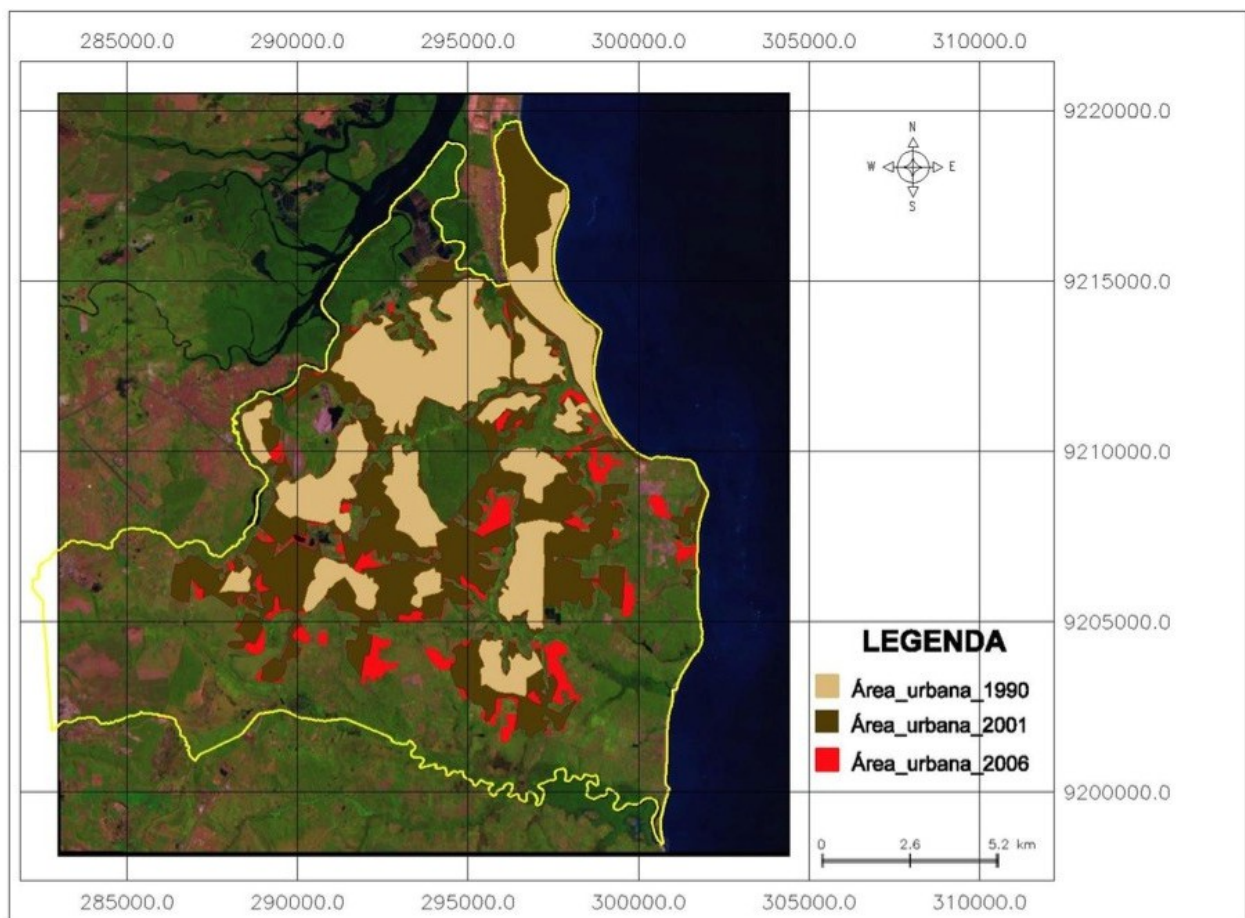


Figura 2 - Expansão da malha urbana do município de João Pessoa 1990, 2001 e 2006

Fonte: Rafael *et al* (2009, p. 6).

³ A imagem foi analisada “através da interpretação digital de imagens do sensor TM, do satélite LANDSAT 5”. (RAFAEL *et al*, 2009, p. 2). Trabalho desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Sensoriamento Remoto do CEFET-PB.

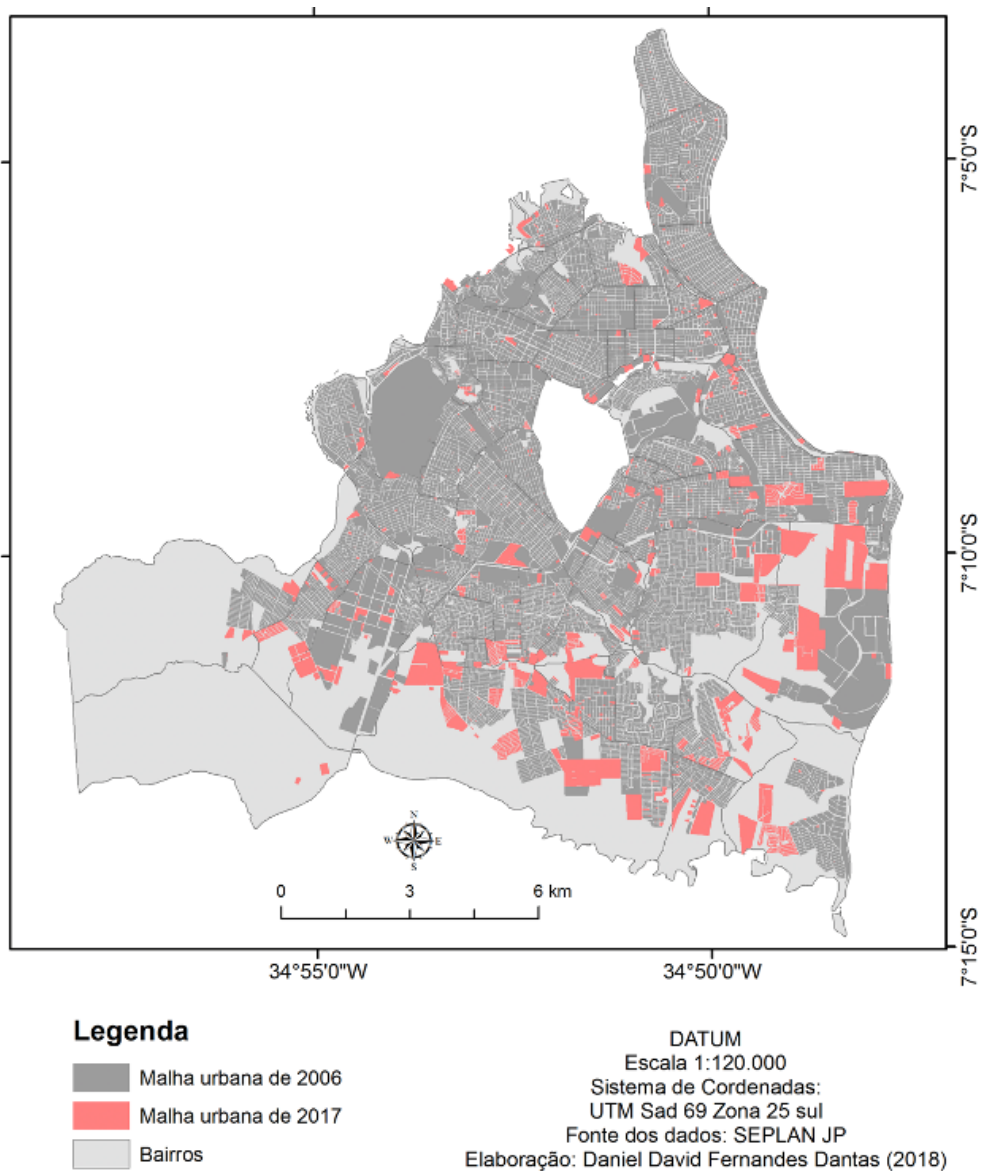


Figura 3 - Expansão da malha urbana do município de João Pessoa 2006-2017

Fonte: DANTAS, 2018.

Aqui daremos maior foco à área de expansão urbana ocorrida desde os anos 1990, como bem ilustra a Figura 2, e, posteriormente, à expansão mais recente no decurso 2006-2017.

A recente observação *in loco* mostrou a permanência de resquícios das antigas propriedades extensivas identificadas por Maia (2000; 2010), que foram desmembradas ou parceladas para loteamentos. Esse é o caso da antiga propriedade Cowboy, onde funcionou um parque de vaquejada⁴ até 2012. O caso dessa propriedade é interessante, pois revela que

⁴ A vaquejada é uma festa realizada principalmente no Nordeste brasileiro, que teve origem na atividade da pecuária extensiva, quando não havia cercas dividindo a propriedade no semi-árido. Tal prática foi transformada com o tempo, passando a ser uma festa competitiva com prêmios para os que conseguem melhor derrubar o boi. Na tese mencionada neste artigo, Maia (2000) dedica um capítulo para tratar dessa festa/espetáculo.

ocorreu a transformação da terra rural em urbana, o que implica não somente em uma mudança de “status” ou mesmo do perímetro urbano, mas sim da forma de extração da renda.⁵ Conforme nos esclarece Botelho, no espaço urbano

[...] a renda da terra perde sua forma concreta que tinha sob a agricultura (renda em trabalho, em espécie ou dinheiro); ela assume uma forma abstrata: a renda não se apresenta mais como um produto do solo, ela aparece como nada mais do que o juro de um capital investido (BOTELHO, 2008, p. 26).

Assim, tomamos o caso em particular para mostrarmos como foi se dando tal processo. Em 1991, havia ali uma vacaria e uma área considerável utilizada para pastagem, além da venda de leite, principalmente nos bairros circunvizinhos ao Valentina Figueiredo, onde se localizava a propriedade. Já em 2000, o proprietário havia dividido a área, destinando uma parte para o Parque de Vaquejada Cowboy, outra para a vacaria e uma terceira para loteamento (MAIA, 1994; 2000). Esse loteamento foi voltado para a população de baixa renda, já que na área não havia nem pavimentação, tampouco esgotamento sanitário. Os únicos serviços instalados eram a energia e a água. No ano 2017, em pesquisa de campo, constatou-se que não havia nenhum resquício da vacaria e nem do parque de vaquejada. Toda a área foi transformada em loteamento residencial, uma vez que houve uma expansão significativa da malha urbana, atingindo a área onde a mesma estava localizada (Figuras 4a, 4b, 4c, 4d).



Figura 4a - Portal Entrada Loteamento em antiga área da Propriedade Cowboy localizado no Bairro Valentina Figueiredo
Fonte: Carlos Augusto Cardoso, agosto de 2017.

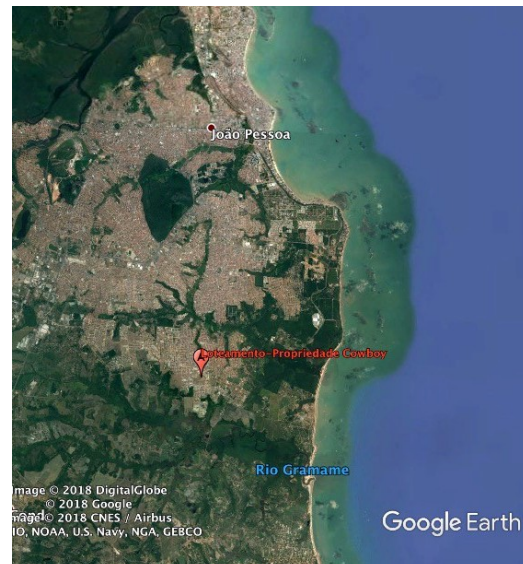


Figura 4b - Localização Loteamento na antiga Propriedade Cowboy
Fonte: Google Earth 2018. Extraído em: 20-03-2018.

⁵ A discussão sobre a renda da terra requer um aprofundamento teórico que não é o propósito deste artigo. Todavia, a menção ao conceito e à sua discussão merecem ser indicados.



Figura 4c - Vista de antigo estabelecimento rural, vendo-se a esquerda da imagem e a direita as cercas das propriedades e ao fundo edificações do bairro com o qual faz limítrofe
Fonte: Doralice Maia, dezembro de 2018.



Figura 4d - Imagem de sede de antiga propriedade rural com respectiva área com pastagem natural e ao fundo no lado esquerdo os edifícios recém construídos na área de expansão
Fonte: Doralice Maia, dezembro de 2018.

Ainda na Zona Sul, mas nas margens do Rio Timbó, localiza-se uma vacaria identificada desde 1991 nos trabalhos de Maia (1994; 2000). Esse estabelecimento, em 1990, apresentava uma produção leiteira de 200 litros diários, com 52 reses ocupando uma área de 6 ha. (MAIA, 1994). Durante a pesquisa, a autora destaca que essa vacaria, “com exceção do local de residência do proprietário, é ocupada com o plantio da pastagem”, enquanto o gado pastava nos terrenos próximos à área, “em terrenos vizinhos, lotes destinados às praças nunca concretizadas, mas que também servem de depósito de lixo” (*Idem, ibidem*, p. 82).

Esta mesma vacaria foi objeto de pesquisa quando a autora realizou trabalho de campo para a concretização da sua tese de doutorado. Já em 2000, ao visitar essa mesma propriedade, a mesma observou uma diminuição do número de reses e da produção leiteira, mas a permanência da prática da ordenha, da pastagem no vale do rio e nos terrenos próximos. Em 2016, em trabalho de campo, constatou-se a mesma prática, contudo ainda mais reduzida. Em conversa realizada com o proprietário, o mesmo afirmou já não sair vendendo o leite “in natura” como fazia anteriormente, mas vendia diretamente a uma sorveteria, além do consumo doméstico. A prática em deixar o gado no terreno próximo ainda é mantida (Figuras 5a, 5b).



Figura 5a - Gado pastando em terreno no Bairro Bancários próximo ao Rio Timbó.
Fonte: Eliane Campos, setembro de 2017.



Figura 5b - Imagem de satélite – Bairro Bancários e Vacaria no Vale do Timbó, 2018
Fonte: Google Earth, 20-03-2018.

As pesquisas revelam que a presença das vacarias na cidade de João Pessoa/PB se vincula ao processo de urbanização espraiada – tão próprio da urbanização brasileira –, tratada por Milton Santos (1993), ou seja, cidades que “ocupam vastas superfícies, entremeadas de vazios” (SANTOS, 1993, p. 95). Na realidade aqui tratada, verifica-se ocupação descontínua dos solos por parte de promotores imobiliários, que em muitos casos ocorre à revelia da legislação, avançando sobre terrenos periurbanos ou áreas rurais deixando interstícios de solo sem edificar.

Há que se destacar o recente processo de ocupação da área ou mesmo do que se classifica em termos mais amplos como Zona Sul do município de João Pessoa, com o capital imobiliário. Martins (2019), realizou um levantamento em cartório de registro de imóveis, contabilizando 29 loteamentos de glebas no período de 1991 a 2015, localizadas no atual Bairro de Gramame, área onde está localizada a antiga propriedade Cowboy, ou seja, na porção sul do município. A autora ressalta e reafirma a intensa transformação do solo rural em urbano, além de se dedicar a identificar os agentes envolvidos no referido processo (MARTINS, 2019).

Acrescenta-se, pelo que se pode verificar in loco, com base nas imagens apresentadas e nas discussões estabelecidas, que a despeito da intensidade da transformação da terra rural em urbana e da edificação de antigas glebas rurais, a permanência de práticas agropecuárias, principalmente pecuárias nas áreas dos vales dos rios, que são áreas de proteção ambiental e que constituem o que Maia (2000; 2005) define como “costumes rurais”. A autora fundamenta-se nas ideias de Thompson, fazendo uma relação com uma outra noção, a de “tradição” com base nos escritos de Hobsbawm e afirma que “o significado dessas noções

está estritamente ligado ao que diz respeito à transmissão de valores e práticas culturais que não provêm necessariamente de registros escritos” (MAIA, 2001, p. 94). Em outros termos, observa que as permanências das práticas rurais na cidade de João Pessoa, não se explicam unicamente enquanto atividades econômicas, mas como práticas da vida cotidiana, muito embora a força da expansão do capital imobiliário tenha se tornado latente, especialmente nas áreas periurbanas da zona sul do município.

Temos, então, que o aparente conflito entre a cidade e o campo, enquanto formas espaciais têm passado por profundas alterações, modificando por sua vez o seu conteúdo, podendo este ser expresso na relação dialética do rural e do urbano, já tão bem exposto por Lefebvre (1978). Concordamos com o autor quando expressa que a oposição cidade e campo não desapareceu completamente, mas se esfuma, dando lugar a uma outra oposição: a da grande cidade e sua periferia, que também poderia ser complementada por discussões anexas, tais como tecido urbano compacto e tecido urbano por demais estendido. Trazendo a reflexão do autor para o que aqui se expõe, podemos dizer que na cidade de João Pessoa, onde a expansão continua se materializando de forma espaiada e fragmentada, ocorre por um lado, o movimento contínuo de urbanização, e por outro, a permanência de áreas ainda caracteristicamente rurais seja somente como forma de assegurar a propriedade da terra, seja como forma um tanto controversa, enquanto “ilhas de ruralidade”⁶ que correspondem à resistência na forma de permanências de costumes, nos termos anteriormente definidos.

Assim, se temos a predominância das vacarias na cidade de João Pessoa enquanto representações da permanência do rural, em Natal encontramos as práticas agrícolas.

As práticas agrícolas no município de Natal. Contexto e dinâmicas socioespaciais

O cenário que engloba as práticas agrícolas na cidade de Natal/RN é consequência de dois processos. Um deles, associado à urbanização espaiada, e outro associado à normativa administrativa municipal (Plano Diretor de 2007) de requalificação de solos, até então considerados periurbanos ou rurais. O Plano Diretor de 2007, no seu artigo 7º, definiu como unidade territorial de planejamento urbano o equivalente a 100% da sua superfície municipal, com o objetivo de facilitar a atuação especulativa de agentes imobiliários, alavancada pelo setor turístico.

⁶A referência às ilhas de ruralidade é uma remissiva ao que escreve Lefebvre (1991), ao tratar da noção “tecido urbano” e ao processo de urbanização no sentido mais amplo, em que “a sociedade e vida urbana penetram nos campos”. Contudo, acrescenta o autor: “Entre as malhas do tecido urbano persistem ilhotas e ilhas de ruralidade [...]” (LEFEBVRE, 1991, p. 11-12).

Para analisar esta conjuntura é imprescindível considerar, a priori, um conjunto de singularidades que influíram decisivamente neste contexto.

Uma destas particularidades se refere à presença de 10 Zonas de Proteção Ambiental (ZPAs), que se constituem em um importante instrumento de proteção do patrimônio natural do município, objetivando, segundo o Plano Diretor de Natal – PDN/2007, “proteção, manutenção e recuperação dos aspectos ambientais, ecológicos, paisagísticos, históricos, arqueológicos, turísticos, culturais, arquitetônicos e científicos” dos elementos que a integram (Lei Complementar nº 082, de 21/06/2007, artigo 17).

Este Plano Diretor assinala, em seu artigo 18, que estas 10 ZPAs, mesmo não fazendo parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000), são definidas como “unidades de conservação ambiental” e, por isto, exigem “proteção, manutenção e recuperação”. Além disso, em seu artigo 19, destaca a necessidade que cada ZPA seja regulamentada de acordo com as características do seu meio físico e seguindo três níveis de zoneamento, a saber: subzona de preservação, subzona de conservação e subzona de uso restrito.

Estas 10 Zonas de Proteção Ambiental (ZPAs) compreendem uma superfície de aproximadamente 6.200 hectares, o que equivale a quase 37% da área total do município de Natal (Tabela 4 e Figura 6).

Tabela 4 - Município de Natal. Zonas de proteção Ambiental (ZPAs)

<i>Zonas de Proteção Ambiental</i>	<i>Área absoluta das ZPAs (ha)</i>	<i>%</i>	<i>% superfície com relação à área municipal</i>	<i>Localização. Bairros</i>	
ZPA 1	703,39	11,33	4,17	Cidade Nova, Candelária e Pitimbu	
ZPA 2	1.080,15	17,41	6,4	Mãe Luíza, Tirol, Nova Descoberta, Lagoa Nova, Capim Macio e Ponta Negra	
ZPA 3	151,12	2,43	0,89	Planalto e Pitimbu	
ZPA 4	649,54	10,47	3,85	Felipe Camarão, Guararapes e Planalto	
ZPA 5	191,06	3,08	1,13	Ponta Negra	
ZPA 6	363,17	5,85	2,15	Ponta Negra	
ZPA 7	107,04	1,72	0,63	Ponta Negra	
ZPA 8	Setor A (Norte)	1.585,98	25,56	9,41	Potengi, Redinha e Salinas
	Setor B (Sul)	623,79	10,05	3,7	Quintas, Nordeste, Bom Pastor, Felipe Camarão e Guarapes

ZPA 9	734,09	11,83	4,35	Lagoa Azul, Pajuçara e Redinha
ZPA 10	14,81	0,23	0,08	Mãe Luíza

Fonte: UFRN, FUNDEC, MPRN.

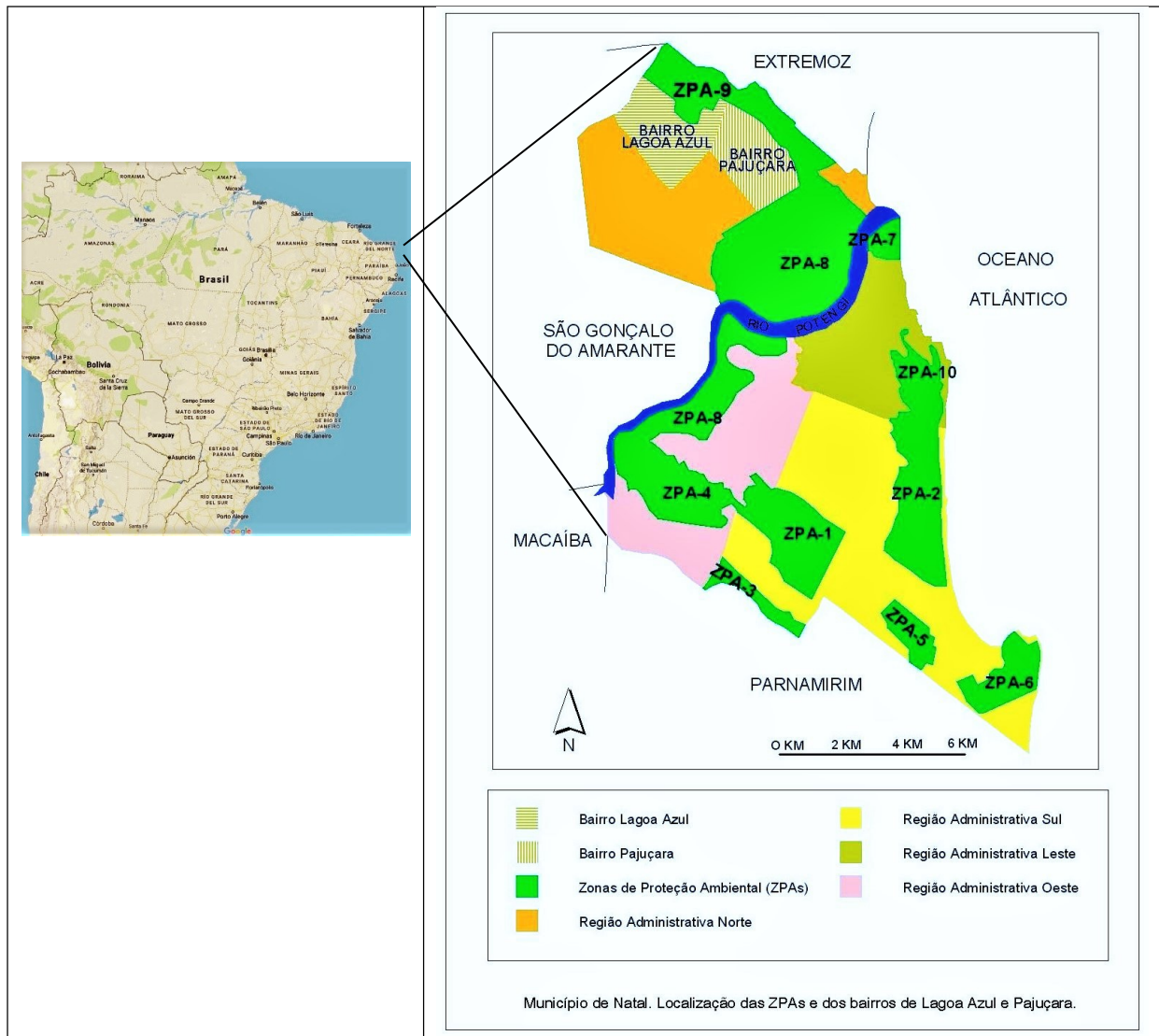


Figura 6 - Município de Natal. Localização das ZPAs
 Fonte: Elaboração Miriam Zaar, a partir de cartas municipais.

Outra especificidade deste município está relacionada ao modo como as ações políticas, a serviço da reprodução do capital submetem o espaço geográfico, gerando processos espaço-temporais, nos quais elementos aparentemente contraditórios e mais ou menos interdependentes, como os que compõem o campo e a cidade se apresentam associados de forma agregada e contraposta (ZAAR, 2017a), como também já foram tratados por Santos

(1993), inclusive ao propor alteração na denominação de “Brasil rural” para “Brasil agrícola”, em que busca atualizar o debate.

Referimo-nos à entrada em vigor do Plano Diretor de 2007 que, no seu artigo 7º, definiu como unidade territorial de planejamento urbano o equivalente a 100% da sua superfície municipal, requalificando os solos até então considerados periurbanos ou rurais e desconsiderando os atributos físicos e socioeconômicos, além das peculiaridades das áreas que compreendem alguns dos seus bairros.

Trata-se de uma normativa imposta, que nega a realidade pretérita e a presente do município de Natal, já que as estatísticas demonstram a presença de uma ampla gama de atividades agropecuárias. Reportamo-nos aos Censos Agropecuários, já analisados, e aos dados do SEBRAE (2010), os quais identificaram neste ano, em todo o município de Natal, dez propriedades, que pela sua atividade agrícola e/ou pecuária foram classificadas como “agronegócio” (ANUÁRIO NATAL, 2011-2012).

Esta contradição também é evidente nos Anuários da cidade de Natal. O Anuário Natal 2009 ao mesmo tempo que omitiu a existência de população rural, reconheceu, no tópico estrutura empresarial, a existência de atividades desenvolvidas em âmbitos rurais, indicando que, neste ano, o município contava com 120 unidades que se dedicavam à agricultura, silvicultura e exploração florestal, com um total de 470 pessoas ocupadas, destas, 267 assalariadas (ANUÁRIO NATAL, 2009, p. 333).

Já o Anuário Natal 2013, em suas informações sobre empreendimentos, confirmou a existência de 106 empresas (110 unidades) vinculadas à agricultura, pecuária, pesca, produção florestal e aquicultura, com 709 pessoas ocupadas, destas 550 assalariadas. Atividades que, segundo os dados apresentados, se encontravam em contínuo aumento no que se referia ao número de trabalhadores (ANUÁRIO NATAL, 2013, p. 326), comprovando a existência de diversas atividades vinculadas ao âmbito rural.

Por último, como prova irrefutável da existência de territórios rurais no município de Natal, apresentamos os resultados de uma pesquisa de campo realizada nos bairros de Lagoa Azul e Pajuçara (ZAAR, 2014), situados na Zona de Proteção Ambiental 9 (ZPA9), a terceira mais extensa do município, que se caracteriza por uma diversidade de ambientes naturais: pela planície do Rio Doce e por um complexo formado por quatro lagoas interdunares (Figura 7).



Figura 7 - Paisagem típica da região, onde se aprecia a presença da Lagoa Azul e da palmeira Juçara
Fonte: Manuel Blas Garcia, fevereiro 2015.

As visitas a estes bairros nos possibilitou contemplar as práticas agrícolas e a criação de animais como elemento predominante no conjunto paisagístico destes bairros e as entrevistas realizadas com os agricultores em suas propriedades permitiu compreender o processo de ocupação da área, a estrutura das propriedades, a organização do trabalho familiar e a relevância das atividades agrícolas como geradora da principal fonte de renda familiar. Entretanto, o que mais nos chamou a atenção foi o fato de que as práticas agropecuárias exercidas há décadas não tenham sido levadas em consideração nas estatísticas dos censos populacionais, elaboradas e publicadas pelo IBGE.

A Zona de Proteção Ambiental 9 (ZPA9)

Ainda que existam registros anteriores, a ocupação desta área remete às décadas de 1940 e 1950, quando a mesma, ainda considerada “rural”, se constituía em lugar de moradia e de trabalho de agricultores familiares.

Este processo se manteve mais o menos estável até a primeira metade da década de 1990, quando esta área foi elevada à categoria de bairro (Lei nº 4.328, de 05/04/1993). Esta condição, associada à intensificação da migração campo-cidade e ao baixo preço do solo, estimularam a ação dos agentes imobiliários para que projetassem loteamentos e construíssem vários conjuntos habitacionais populares. Como consequência disto, se produziu um elevado índice de ocupação e um crescimento populacional que alcançou, entre 1991 e 1996, um índice de mais de 300%.

Por outro lado, se fomentou a adoção de novas tecnologias para a prática da horticultura, nas quais se difundiram os benefícios da incorporação de pacotes de modernização agrícola. A perspectiva de que o uso de herbicidas e de inseticidas aumentasse a produtividade, ampliasse as vendas e, conseqüentemente, a renda obtida com esta atividade, promoveu o seu uso indiscriminado, às custas da saúde e da diminuição da expectativa média de vida destes agricultores e da contaminação do solo e das águas que formam parte do complexo ambiental constituído pelo Rio Doce e lagoas adjacentes.

Estas circunstâncias, que não se limitavam à região Norte do município de Natal, ocorrendo igualmente, e de modo sistemático, também em outras áreas municipais com características similares, impulsaram a regulamentação da ocupação das Áreas de Proteção Ambientais (ZPAs), aprovando, através do Plano Diretor de Natal – PDN/2007, um instrumento de gestão urbana e ambiental que estabeleceu as condições (limites e potencialidades) de uso e ocupação do solo das mesmas. Por estarem tipificadas como de grande valor ecológico, se passou a proibir a utilização de elementos químicos que pudessem comprometer a qualidade das águas e a conservação destes ecossistemas (ZAAR, 2017b).

Foi neste contexto, com o objetivo de garantir a soberania alimentar de estes horticultores (ZAAR, 2015) e diminuir os impactos ambientais e a imensa pegada sócio ecológica global (ZAAR, 2007; 2011), que se implantou o “Projeto Amigo Verde”, com o apoio do Ministério Público do Estado do RN e outros órgão parceiros. Inseridos em uma proposta holística na qual a convivência harmônica entre homem e natureza são os eixos fundamentais de um desenvolvimento social integral, foram introduzidas técnicas agrícolas comprometida com o meio ambiente e com o equilíbrio dos ecossistemas, associadas ao uso de “adubos verdes”, à utilização de inseticidas naturais e à diversificação de cultivos (ZAAR, 2017b) (Figura 8).

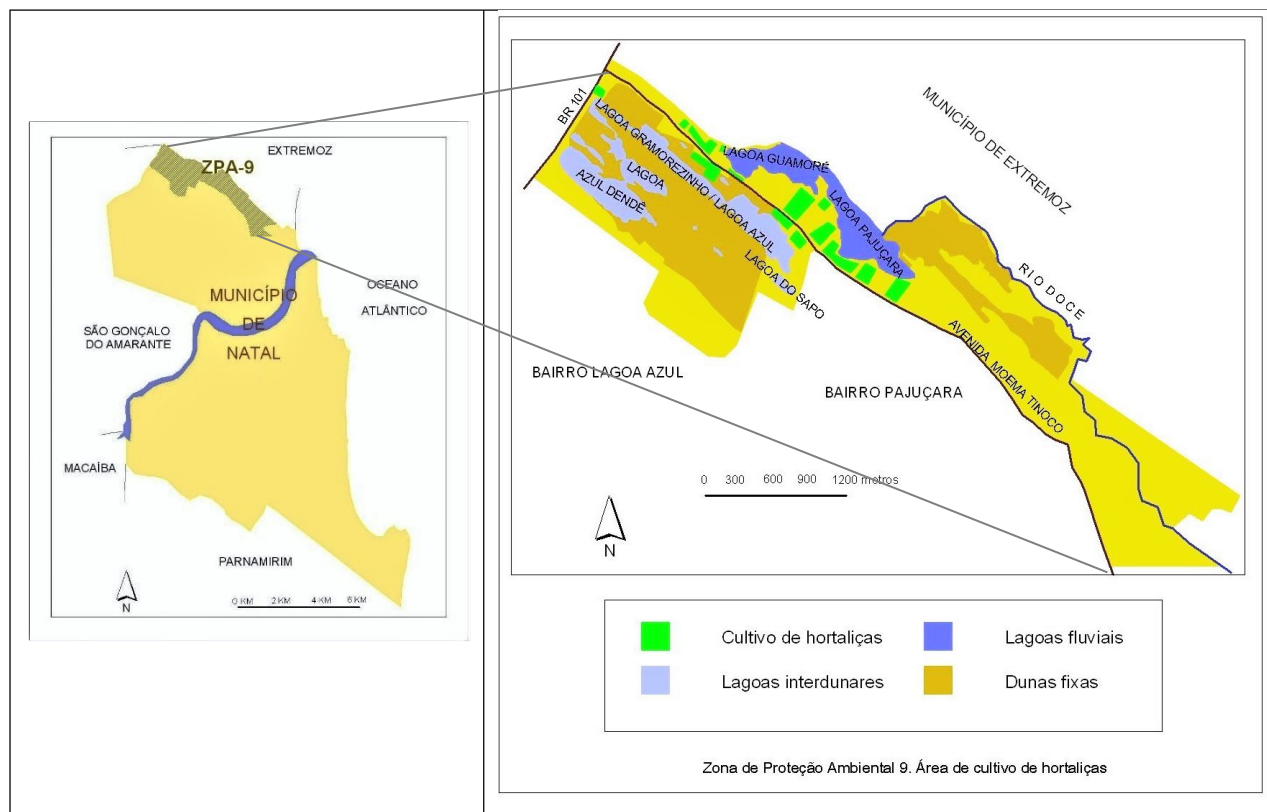


Figura 8 - Zona de Proteção Ambiental 9 (ZPA-9). Áreas de cultivo de hortaliças

Elaboração: Miriam Zaar a partir de planos da área e visitas às propriedades.

As formas de reprodução dos horticultores do Gramorezinho

Os agricultores urbanos da ZPA9 têm nas suas propriedades o seu principal meio de trabalho e de subsistência: a terra. Devido à reduzida dimensão dos terrenos - a grande maioria possui menos de 5.000 m² e 25% menos que 2.000 m² -, todos os membros da família em idade produtiva realizam coletivamente ao menos parte das atividades, desenvolvidas em diferentes seções integradas: uma área maior cultivada com hortaliças - sua principal fonte de renda -, uma pequena superfície de pasto para alimentar uma ou duas vacas, um galpão com superfície reduzida para guardar ferramentas de trabalho, adubo e sementes, um estábulo para criar cabras, porcos ou outros animais, apesar das características geológicas e edáficas peculiares (ZAAR, 2017b) (Figura 9).

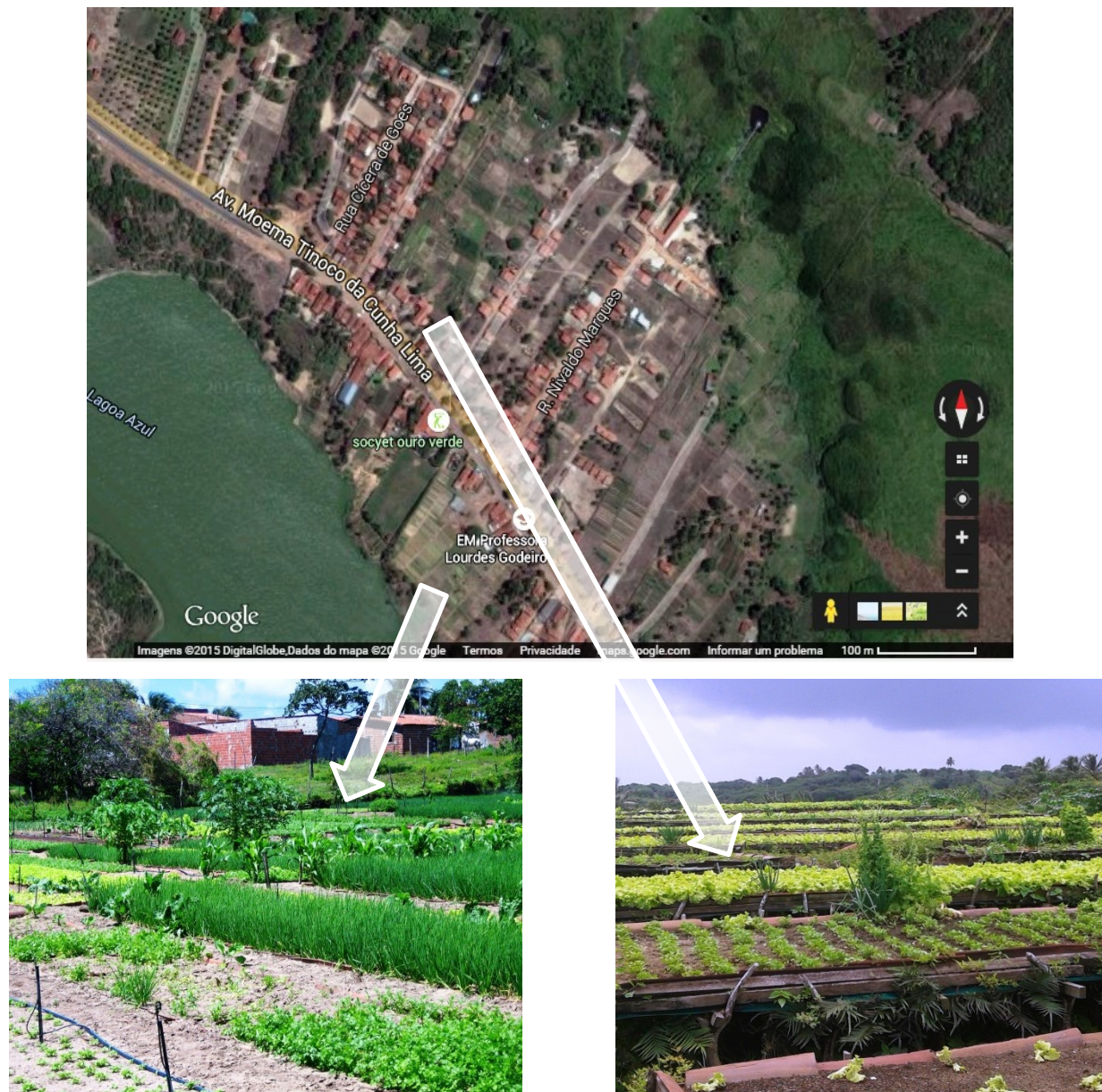


Figura 9 - Características das hortas e modo de cultivo (superfície e balcões)

Fonte: Google Earth (imagem) e fotos de Miriam Zaar, novembro de 2014.

Outro fato a destacar é que, em função da multifuncionalidade que o espaço rural tem adquirido nas últimas décadas, na qual os costumes rurais se combinam com os hábitos e estilos urbanos e os valores urbanos se articulam com a idiossincrasia rural, enquanto alguns descendentes dos atuais proprietários participam ativamente das atividades agrícolas e têm intenção de suceder seus pais na administração da propriedade, outros exercem a pluriatividade, associando a prática da horticultura com outras ocupações laborais, geralmente vinculadas ao setor serviços. Cenário que proporciona novas alternativas de renda familiar aos pequenos produtores e outorga aos limites entre o urbano e o rural, uma ‘permeabilidade’ que

conduz a um território heterogêneo e complexo cujos contornos são cada vez mais tênues (ZAAR, 2017a, p. 13-17).

Vale lembrar que os estudos elaborados por Milton Santos, ao final da década de 1990, já reconheciam o território como um conjunto inseparável de sistemas, objetos e ações ao que denominou “espaço geográfico híbrido”, do qual se apreende que estão incluídos todos os vínculos intrínsecos aos seus elementos e, por conseguinte, os âmbitos entendidos como urbano ou rural, cidade ou campo.

Com relação ao sistema de produção e comercialização, também se produz uma articulação de hábitos, elementos e práticas socioespaciais, associados ao campo e à cidade, ao rural e ao urbano, âmbitos de um ‘espaço híbrido’, no qual se estabelecem relações que se combinam e se complementam continuamente. Assim, depois de atendida a demanda interna da propriedade, a sua comercialização ocorre por meio de diferentes mecanismos, como participando de feiras orgânicas e feiras tradicionais - onde o produtor vende diretamente ao consumidor -, e através de supermercados regionais ou grupos intermediários de comercialização, sendo que, com relação a estes últimos, a negociação ocorre na propriedade. Constatouse que 56% % destes agricultores, destinam seus produtos prioritariamente às feiras - onde obtêm melhores preços -, e vendem o excedente para os supermercados regionais e intermediários. Apesar do baixo preço que alcança esta última, é a única via de comercialização para 44% destes horticultores (ZAAR, 2017b).

Em consonância com nossas reflexões teóricas, esta análise confirma que o espaço enquanto totalidade, compreende múltiplos processos, interações e fluxos que se materializam em ‘formas-conteúdos’ e que se encontram cada vez mais justapostos, transformados ou adaptados, obedecendo às prioridades das novas funções que os territórios adquirem na sua dimensão temporal.

É nesta dinâmica socioeconômica que se produzem os processos contraditórios que impulsionam novas configurações territoriais nas quais estão presentes tanto as continuidades e discontinuidades, como a integração e a fragmentação, movimentos que dificultam precisar os diferentes âmbios que os conformam. É o caso das áreas urbanas de Natal e João Pessoa.

A que conclusão chegamos?

A complexidade dos territórios, sejam dos espaços e também das paisagens, de âmbito urbano ou rural, está se incrementando constantemente, o que exige a utilização de novas metodologias de análise, mais acordes com a multifuncionalidade que os mesmos estão adquirindo.

Nesta nova dinâmica espacial, observa-se que nas cidades se encontram atividades e elementos rurais muito mais expressivos do que normalmente se supõe. Em muitos casos, as atividades agropecuárias urbanas constituem práticas sociais que, combinadas com outras funções, vinculadas ao setor de serviços, se destacam nas paisagens urbanas, expondo as permanências de um território que se insiste definir como “exclusivamente urbano”.

Talvez seja devido à complexidade deste processo que grande parte das estatísticas oficiais encontrem dificuldades para distinguir zonas urbanas e rurais e, neste empenho, ignorem ou desvalorizem a importância das atividades agrárias, seja para a manutenção dos produtores familiares, seja por facilitar a livre atuação do mercado imobiliário, seja ainda pelo fato que o seu resultado, a produção, possa ter um papel de destaque na soberania alimentar das cidades.

Encontram-se, neste contexto, tanto os horticultores da Comunidade do Gramorezinho no município de Natal, como os produtores de leite do município de João Pessoa, analisados neste texto. Apesar dos processos recentes da expansão da malha urbana em função do incremento imobiliário e da reestruturação territorial, que afetam a quase todos os territórios, a paisagem, em suas diferentes formas e conteúdos, permite apreender um passado não muito distante, no qual os responsáveis pelo abastecimento alimentar das cidades eram os agricultores e produtores de leite, estabelecidos nas áreas periurbanas. Os resultados das análises aqui realizadas possibilitam reunir informações e reflexões sobre as dinâmicas em duas cidades que apresentam algumas particularidades, mas também singularidades, dado o processo universal de expansão do capital imobiliário e da urbanização.

Além disso, favorece a uma análise e a pensar os processos e práticas não somente na perspectiva econômica, mas também a partir da articulação do entendimento das práticas espaciais, dos costumes e outros elementos associados ao campo e à cidade, ao rural e ao urbano, âmbitos de um ‘espaço híbrido’, no qual se estabelecem relações que se combinam e se complementam continuamente.

Referências Bibliográficas

BOTELHO, Adriano. **O urbano em fragmentos**. A produção do espaço e da moradia pela práticas do setor imobiliário. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.

DANTAS, Daniel D. Fernandes. Os vazios urbanos na cidade de João Pessoa-PB. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2018. (Trabalho de conclusão de curso de Bacharelado em Geografia).

IBGE. **Censo Agropecuário 1985**. Estado do Rio Grande do Norte
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/47/ca_1985_n12_rn.pdf>.

- IBGE. **Censo Agropecuário 1985**. Estado da Paraíba.
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/47/ca_1985_n13_pb.pdf>.
- IBGE. **Censo Agropecuário 1995-1996**. Estado do Rio Grande do Norte
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/48/agro_1995_1996_n10_rn.pdf>.
- IBGE. **Censo Agropecuário 1995-1996**. Estado da Paraíba
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/48/agro_1995_1996_n11_pb.pdf>.
- IBGE. **Sinopse do Censo demográfico 1991**. Estado do Rio Grande do Norte
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/309/cd_1991_v6_n10_rn.pdf>.
- IBGE. **Sinopse do censo Demográfico 1991**. Estado da Paraíba
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/309/cd_1991_v6_n11_pb.pdf>.
- IBGE. **Censo Agropecuário de 2006**. Natal/RN
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/natal/pesquisa/24/75511?ano=2006>>.
- IBGE. **Censo Agropecuário de 2006**. João Pessoa/PB <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/joao-pessoa/pesquisa/24/27745?ano=2006>>
- IBGE. **Sinopse do Censo demográfico de 2010**. Natal/RN
<<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=24>>.
- IBGE. **Sinopse do Censo demográfico de 2010**. Natal/RN
<<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=25&dados=21>>.
- IBGE. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil. Uma primeira aproximação. Estudos e Pesquisas**. Informação geográfica 11. Rio de Janeiro, 2017.
<https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/espacos_rurais_e_urbanos/default.shtm>.
- IBGE. **Censo Agropecuário de 2017** <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=resultados>>.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Ediciones Peninsula, 7 ed., 1978.
- MAIA, Doralice Satyro. **O campo na cidade: necessidade e desejo (um estudo sobre subespaços rurais na cidade de João Pessoa-PB)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Ano de Obtenção: 1994.
- MAIA, Doralice Satyro. **Tempos lentos na cidade: permanências e transformações dos costumes rurais em João Pessoa-PB**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. Ano de obtenção: 2000.
- MAIA, Doralice Sátyro. A Geografia e o estudo dos costumes e das tradições. **Terra Livre**, São Paulo, n. 16, p. 71-98, 2001.
- MAIA, Doralice Sátyro. Currais e Vacarias na Cidade. **Mercator**, Fortaleza - CE, v. 04, n.07, p. 35-48, 2005.
- MAIA, Doralice Sátyro. Desvendando o campo na cidade: notas metodológicas. **Geotextos**, Salvador, v. 6, p. 35-57, 2010.
- MARTINS, Paula Dieb. **O imobiliário e a reestruturação urbana: a cidade de João Pessoa no século XXI**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2019. (Tese – Doutorado em Arquitetura e Urbanismo).
- PROJETO AMIGO VERDE, GRAMOREZINHO**
<<https://www.facebook.com/pages/category/Community/Projeto-Amigo-Verde-Gramorezinho-512893625488377/>>.
- RAFAEL, Renata de Araújo, *et all*. Caracterização da evolução urbana do município de João Pessoa/PB entre os anos de 1990 e 2006, com base em imagens orbitais de média resolução. **Anais XIV**

Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Natal, Brasil, 25-30 abril 2009, INPE, p. 819-826 <<http://mar.te.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr%4080/2008/11.18.00.12/doc/819-826.pdf>>.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. **A Urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

TACOLI, Cecília. Rural-urban interactions: a guide to the literature. **Environment and Urbanization**, Vol. 10, No. 1, April 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE; FUNDAÇÃO NORTE RIOGRANDENSE DE PESQUISA E CULTURA; MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Implicações ambientais e urbanísticas decorrentes da proposta de regulamentação da Zona de Proteção Ambiental 8 (ZPA 8), Município de Natal, RN**. Fevereiro de 2012.

ZAAR, Miriam Hermi. **La viabilidad de la agricultura familiar asociada: el caso del Reasentamiento São Francisco/Cascavel/PR/Brasil**. Tese de doutorado. Universidad de Barcelona, 2007.

ZAAR, Miriam Hermi. Agricultura urbana: algunas reflexiones sobre su origen y expansión. **Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona, Vol XVI, nº 944, 15 de octubre de 2011 <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-944.htm>>.

ZAAR, Miriam Hermi (Coord. Adjunta). Agricultura urbana, geração de renda e sustentabilidade na Zona de Proteção Ambiental 9 (ZPA 9) nos Municípios de Natal e Extremoz, RN. **Relatório Proext 2014**. SIGProj Nº: 150234.648.62923.22032013.

ZAAR, Miriam Hermi. A Agricultura Urbana e Periurbana no marco da soberania alimentar. **Sociedade e Território**. Natal, Vol. 27, nº 3, p. 26-44, julho/diciembre de 2015, <<https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/7870>>.

ZAAR, Miriam Hermi. El análisis del territorio desde una ‘totalidad dialéctica’. Más allá de la dicotomía ciudad-campo, de un ‘par dialéctico’ o de una ‘urbanidad rural’. **Espaço e Economia**, Rio de Janeiro, ano V, nº 10, outubro de 2017, <<http://espacoeconomia.revues.org/2981>>. DOI: 10.4000/espacoeconomia.2981 (a)

ZAAR, Miriam Hermi. A agricultura urbana como práxis de um território ‘híbrido’ e complexo. Singularidades e contradições que permeiam as atividades hortícolas na cidade de Natal, RN. **Okara: Geografia em debate**, João Pessoa v.11, nº 2, p. 351-375, dezembro de 2017. ISSN: 1982-3878 <<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/okara/article/view/36781>> (b)